

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
---------------------------	-----------

PARTE I

LICITAÇÕES - LICITAÇÃO PÚBLICA NA LEI N. 14.133 DE 2021

1

INTRODUÇÃO.....	17
1.1. Conceito	19
1.2. Vigência, revogações e regime de transição	20
1.2.1. Regras especiais para Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes	22
1.3. Âmbito de aplicação da Lei n. 14.133/2021	23
1.4. Competência legislativa e fontes normativas	27
1.5. Participação das microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs).....	28
1.5.1. Critério de desempate.....	29
1.5.2. Empate ficto ou presumido.....	29
1.5.3. Procedimento de favorecimento à ME ou EPP	30
1.5.4. Outras vantagens.....	30
1.6. Objetivos da licitação	32
1.6.1. Governança nas contratações públicas	34
1.7. Função regulatória da licitação	35

1.8. Tramitação prioritária do processo judicial em que se discuta a aplicação das normas sobre licitações e contratos administrativos	36
--	----

2

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA LICITAÇÃO 37

2.1. Igualdade entre os licitantes	38
2.1.1. Critérios de desempate	41
2.1.2. Margem de preferência	45
2.1.3. Restrição da concorrência na licitação	48
2.1.4. Critérios de preferência fundamentados em práticas de sustentabilidade.....	49
2.1.5. Conclusão.....	49
2.2. Competitividade	49
2.3. Publicidade e transparência	50
2.3.1. Publicidade diferida – sigilo da apresentação das propostas e adoção excepcional do orçamento sigiloso	51
2.3.2. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)	54
2.4. Probidade e moralidade	56
2.5. Planejamento	56
2.6. Eficiência, eficácia e efetividade	58
2.7. Segregação de funções	59
2.8. Vinculação ao edital	60
2.9. Julgamento objetivo	60
2.10. Formalismo	60

3

OBJETOS DA LICITAÇÃO - DISPOSIÇÕES SETORIAIS 63

3.1. Compras	63
3.1.1. Padronização do objeto	64
3.1.1.1. Indicação ou vedação de marcas na licitação e exigência de amostras	67
3.1.2. Parcelamento do objeto	69
3.2. Obras e serviços de engenharia	71
3.2.1. Projeto básico e projeto executivo.....	72

3.2.2. Formas de execução indireta de obras e serviços de engenharia	73
3.2.2.1. Contratação integrada e semi-integrada	76
3.3. Serviços em geral	78
3.4. Locação de imóveis	80
3.5. Licitações internacionais	81

4

AGENTES PÚBLICOS NA LICITAÇÃO 83

4.1. Designação de agentes públicos para execução da lei	83
4.2. Condução da licitação	84
4.3. Defesa dos agentes públicos pela Advocacia Pública.....	86

5

FASES DA LICITAÇÃO 87

5.1. Introdução	87
5.2. Regras gerais	89
5.2.1. Vedação à participação na licitação	89
5.2.2. Participação de consórcios e cooperativas	92
5.3. Fase preparatória	94
5.3.1. Edital e minuta do contrato	98
5.4. Divulgação do edital de licitação	99
5.5. Apresentação de propostas e lances	99
5.6. Julgamento	101
5.6.1. 1ª subfase: desclassificação das propostas	102
5.6.2. 2ª subfase: julgamento das propostas (classificação dos licitantes)	103
5.7. Habilitação	104
5.8. Encerramento da licitação	109

6

MODALIDADES DE LICITAÇÃO 111

6.1. Pregão	112
6.2. Concorrência	114

6.3. Concurso	114
6.4. Leilão	115
6.5. Diálogo Competitivo	116
6.6. Modalidade especial da LC 182/2021	120

7

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 123

7.1. Regras gerais	124
7.2. Procedimento	126

8

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO 129

9

CONTRATAÇÃO DIRETA (DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO) 133

9.1. Processo de contratação direta	134
9.2. Inexigibilidade de contratação	137
9.2.1. Fornecedor exclusivo	139
9.2.2. Profissional do setor artístico.....	142
9.2.3. Serviços técnicos especializados, de natureza predominante- mente intelectual, com fornecedor de notória especialização	142
9.2.4. Credenciamento	149
9.2.4.1. Procedimento	152
9.2.5. Aquisição ou locação de imóvel com instalações ou localiza- ção necessária	153
9.3. Licitação dispensável	154
9.4. Contratação direta na alienação de bens	167

10

ALIENAÇÕES 169

11

PROCEDIMENTOS AUXILIARES DA LICITAÇÃO 171

11.1. Pré-qualificação	171
11.2. Procedimento de manifestação de interesse (PMI)	172
11.3. Registro cadastral	173

12

QUESTÕES COMENTADAS	175
----------------------------------	------------

PARTE II

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA LEI 14.133/2021

1

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	213
---	------------

1.1. Regime de transição dos contratos	213
--	-----

2

CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	215
------------------------------------	------------

2.1. Formalismo moderado.....	215
2.2. Bilateralidade e consensualidade.....	218
2.3. Comutatividade e onerosidade	218
2.4. Pessoalidade (<i>intuitu personae</i> – personalíssimo)	219
2.5. Contrato de adesão?	220
2.6. Desequilíbrio	220
2.7. Instabilidade.....	220
2.8. Mutabilidade	221

3

FORMALIZAÇÃO E DURAÇÃO DOS CONTRATOS	223
---	------------

3.1. Formalização do contrato administrativo	223
3.1.1. Procedimento de assinatura do instrumento do contrato	225
3.1.2. Das garantias	227
3.1.3. Da alocação de riscos (matriz de riscos).....	229

3.1.4. Das demais obrigações do contratado.....	231
3.2. Duração dos contratos	232

4

DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (CLÁUSULAS EXORBITANTES) 237

4.1. Alteração unilateral do contrato	238
4.2. Extinção unilateral do contrato	240
4.3. Fiscalização da execução do contrato	241
4.4. Aplicação direta de sanções	242
4.5. Ocupação provisória	242
4.6. Medidas de compensação	243
4.7. Restrição à oposição do contrato não cumprido e poder de suspen- der a execução do contrato	243

5

EXECUÇÃO DO CONTRATO 245

5.1. Responsabilidades	245
5.1.1. Responsabilidade subsidiária da Administração Pública pelos encargos trabalhistas	246
5.2. Pagamentos	247
5.3. Dever de decisão	248

6

EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO 251

6.1. Reajuste	252
6.1.1. Periodicidade do reajuste.....	253
6.2. Revisão	255
6.3. Atualização financeira (ou monetária).....	257
6.4. Repactuação	258
6.5. Tabela comparativa	259

7

EXTINÇÃO DO CONTRATO 261

7.1. Nulidade do contrato	261
7.1.1. Invalidação do contrato e o dever de indenizar	262
7.2. Rescisão	266
7.2.1. Rescisão por culpa do contratado	267
7.2.2. Rescisão sem culpa do contratado	269

8

RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO	273
--	------------

9

MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	275
---	------------

10

DAS IRREGULARIDADES E DA APLICAÇÃO DE SANÇÕES	277
---	------------

10.1. Procedimento para aplicação das sanções.....	281
10.2. Desconsideração da personalidade jurídica em âmbito administrativo.....	284

11

DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES	287
---	------------

11.1. Atuação dos órgãos de controle	288
--	-----

12

QUESTÕES COMENTADAS	291
----------------------------------	------------

PARTE III

ASPECTOS RELEVANTES NA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1

ASPECTOS GERAIS	317
------------------------------	------------

1.1. Princípio da unicidade institucional da representação judicial e da consultoria jurídica para Estados e Distrito Federal	318
---	-----

2

A ADVOCACIA PÚBLICA COMO FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA.....	321
---	------------

3

DEFESA DOS AGENTES PÚBLICOS PELA ADVOCACIA PÚBLICA.....	325
--	------------

4

APROVAÇÃO JURÍDICA.....	329
--------------------------------	------------

5

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELOS ENCARGOS TRABALHISTAS	333
--	------------

6

MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	337
---	------------

6.1. A discussão sobre o tema no Direito Administrativo.....	339
6.2. Arbitrabilidade Objetiva e Arbitrabilidade Subjetiva.....	341
6.3. Peculiaridades do procedimento quando utilizado pela Administração Pública.....	342
6.4. Escolha dos árbitros e dos comitês de arbitragem: há necessidade de licitação?	343
6.5. Os comitês de resolução de disputas (<i>dispute boards</i>).....	350